

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº. 4.455, DE 2004

Define a juntada de fotografias nos autos, proibindo-as quando sensacionalistas, e dá outras providências.

Autor: Deputado Enio Bacci

Relator: Deputado Regis de Oliveira

I – Relatório

O projeto de lei nº. 4.455/2004, de autoria do nobre deputado Enio Bacci, altera a redação do art. 164, do Código de Processo Penal, **com a finalidade de disciplinar a juntada de fotografia nos autos do processo crime.**

Atualmente, a redação do art. 164, do CPP, possibilita a juntada de fotografias nos autos, **com o objetivo de demonstrar as lesões externas sofridas pelas vítimas e os sinais deixados no local do crime.**

Texto atual:

Art. 164 - Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime. (grifei)

A presente proposta pretende **limitar a juntada de fotografias nos autos do processo crime.**

De acordo com o texto deste projeto, **não será permitida a juntada de fotografia nos autos quando nítida a intenção sensacionalista de influenciar a decisão dos julgadores.**

Além disso, **as fotografias, inclusive dos cadáveres, seriam utilizadas apenas para facilitar a realização de “croquis”, esquemas e desenhos do local do crime.**

Texto sugerido:

***Art. 164** – Quaisquer fotografias, **inclusive com cadáveres**, na posição em que forem encontrados e no respectivo local do crime, **servirão apenas** para facilitar a realização de “croquis”, esquemas e desenhos do local, pela autoridade policial. (grifei)*

***Parágrafo único:** Não será permitida a juntada de fotografias nos autos quando houver **intenção sensacionalista de influenciar decisão dos julgadores**. (grifei)*

O ilustre deputado Enio Bacci esclarece que o desiderato deste projeto **é propiciar melhores condições para o julgamento do autor do crime, sem apelo emocional provocado pelas imagens sensacionalistas.**

No prazo regimental, **não foram apresentadas emendas à proposição.**

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania cabe analisar a proposta **sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.**

É o relatório.

II – Voto do Relator

Quanto aos **requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao projeto de lei nº. 4.455/2004**, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre **direito processual penal**, a teor do disposto no inciso I, do art. 22, da Constituição Federal.

Da mesma forma, **os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea.**

Além disso, **não há vício de iniciativa**, nos termos do art. 61, da Carta Magna.

No que se refere à técnica legislativa, **a proposição não merece reparo.**

No que concerne à juridicidade e ao mérito, apesar de louvável a presente iniciativa, **sou contra a aprovação deste projeto, porque desrespeita normas e princípios do ordenamento jurídico vigente.**

De fato, a limitação da juntada de fotografias aos autos do processo crime, principalmente de imagens relacionadas à vítima e ao local do crime, **viola o princípio da verdade material.**

Tal princípio é denominado também como o da liberdade na prova. Por força deste dogma, o magistrado pode trazer e juntar aos autos qualquer elemento de convicção de que tenha conhecimento, **em decorrência da indisponibilidade do interesse público.** É a verdade material em contraste com a verdade formal, onde o juiz deve ater-se às provas produzidas pelas partes durante o trâmite do processo e no devido tempo.

Por outro lado, a aprovação deste projeto **acarretaria um desequilíbrio na relação processual**, na medida em que favoreceria a defesa em detrimento da acusação, que estaria **impedida de demonstrar a realidade dos fatos, muitas vezes revelada por intermédio de fotografias.**

Indiscutivelmente, as imagens extraídas do exame necroscópico são traumatizantes e causam abalo emocional, **mas precisam ser anexadas aos autos, porque demonstram detalhes do crime, que não podem ser descritos, com clareza, através de “croquis”, esquemas, desenhos ou outros recursos gráficos.**

Ressalte-se, também, que a expressão “**intenção sensacionalista**” é extremamente subjetiva, circunstância que, certamente, provocaria muitas divergências doutrinárias, dificultando a aplicação deste dispositivo.

Ademais, o magistrado, se entender que determinada fotografia foi juntada com a nítida intenção sensacionalista de influenciar o julgamento e que tal imagem não tem nenhuma relação com os fatos, poderá determinar o desentranhamento desta prova, com fundamento no art. 157, do CPP, recentemente alterado pela Lei nº. 11.690/2008.

*Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
(grifei)*

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, **pela rejeição do projeto de lei nº. 4.455/2004.**

Sala da Comissão, em 07 de outubro de 2008.

Deputado Regis de Oliveira
Relator